

# 100 anos de RP no Brasil, o quê comemorar?

***Profissão completa um século e ainda precisa de um bom planejamento de RP para dizer a que veio, assim como seu Conselho que quer conquistar novos registrados e melhorar seu relacionamento com os profissionais***

**HARLEY PINTO**

Um século! Pode parecer muito, mas a jovem profissão de Relações Públicas ainda engatinha no mercado, talvez porque seus profissionais não entenderam a verdadeira essência da área ou o mercado não percebeu a importância de um profissional de Relações Públicas em suas organizações. São pontos polêmicos que precisam ser debatidos e alinhavados, mas que, em tempos de mídias sociais, o papel do RP tem se tornado imprescindível. A categoria tem um Conselho e poucos sabem e dão valor a essa autarquia federal tão importante, que desempenha ações ímpares, principalmente no exercício legal da profissão. Porém, a questão é: a profissão de Relações Públicas, assim como todos os seus atores do processo, carece de um bom planejamento de RP para alavancar toda uma categoria que não sabe a que veio e muito menos para onde vai. São 100 anos que precisam de uma boa reflexão e dizer – agora vai!

Tentando acertar o passo, vamos voltar à história, mais precisamente em 1906, quando o jornalista Ivy Lee foi contratado pelo megaempresário do ramo de comunicação David Rockefeller para “catequizar” vários empresários norte-americanos, incitando-os a adotarem medidas como diminuição das horas de trabalho e, claro, a divulgação dessas preocupações nos meios de comunicação, trabalhando, pela primeira vez, suas imagens corporativas. Era o princípio da profissão...

Oito anos depois, no final de janeiro de 1914, o Brasil ganhou seu primeiro departamento de Relações Públicas com a implantação da *The Light & Power Co. Ltda.*, a concessionária da iluminação pública e do

transporte coletivo de São Paulo. A inovação veio com a percepção da companhia de que a mesma necessitava de um setor dedicado exclusivamente ao relacionamento com os órgãos de imprensa e com o governo. Seu primeiro diretor foi Eduardo Pinheiro Lobo, que durante 19 anos exerceu as funções de diretor de Relações Públicas, contudo não tinha formação em Comunicação, era apenas um engenheiro bem intencionado.

Quarenta anos depois, em 1954, grupo de estudiosos e praticantes Brasileira de Relações Públicas daí, os estados começaram a dar o suporte à atuação desses profissionais.

foi fundada por um de RP, a Associação (ABRP). A partir criar as seções



Andréia Athaydes, presidente do Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp), afirma que a associação pode ser considerada um divisor de águas para o desenvolvimento da profissão de Relações Públicas, que por meio de seus cursos e de eventos promovidos para congregar os seus profissionais, colaborou para a disseminação da profissão no ambiente empresarial.

Em 1965, iniciou-se uma ampla discussão com o objetivo de regulamentar a profissão de Relações Públicas no país. Liderada pelo presidente do Conselho Nacional da ABRP, Ney Peixoto do Valle, o debate surtiu efeito. Em 11 de dezembro de 1967, foi publicada a lei de número 5.377, que, entre outros pontos, definiu as atividades específicas da área. Sua regulamentação aconteceu em 26 de setembro de 1968, com a publicação do decreto número 63.283, que regulamentou a Lei 5.377/67, além da proposta de criação dos Conselhos Federal e Regional de Relações Públicas (Conferp e Conrerp).

Tais movimentos iniciais, afirma Andréia, auxiliaram a profissão a se desenvolver e consolidar-se, tanto no aspecto institucional como no de qualificação do setor. Hoje, além dos cursos de graduação, existem vários cursos de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) que apresentam linhas de pesquisa que permitem aprofundar, analisar e propor novos modelos teóricos para a área. Várias empresas possuem ou valem-se

Divulgação



*Andréia: o Conferp acredita que o reconhecimento profissional exigirá maior qualificação por parte dos relações-públicas que deverão estar em constante processo de capacitação*

dos serviços de relações públicas, através de agências terceirizadas.

Hoje, após esse importante processo histórico, além do Conferp, existem sete conselhos regionais no país que dão suporte ao Federal. São atuantes e focados na busca de melhorias para os RPs. Mesmo com a criação dessa importante entidade, muitos profissionais de relações públicas ainda confundem as atribuições dessa autarquia federal com a de um sindicato profissional. “É por isso que esbarramos com alguns RPs que reclamam da entidade, principalmente aqueles que encontram-se disponíveis no mercado de trabalho e outros que não querem ou não aceitam os trabalhos desenvolvidos pelo órgão. Poucos são os que colocam a “mão na massa”. Outros preferem reclamar a fazer parte do processo de luta pelo exercício legal da profissão”, observa a presidente do Conrerp 3ª Região (Minas Gerais e Espírito Santo), Angelina Pereira.

As reflexões são importantes para entender a profissão e também para tentar dar visibilidade ao profissional. “Estamos crescendo, não digo que as pessoas saibam ainda o que é Relações Públicas, mas os setores públicos e privados precisam cada dia mais de profissionais capacitados para exercer atividades natas às relações públicas e, com isso, o mercado tem crescido tanto que diversos órgãos internacionais apontam como uma das 10 profissões do futuro em todo o

mundo, inclusive no Brasil. Porém, ainda temos muito que evoluir”, observa o doutorando em Comunicação e Cultura Midiática, Mestre Comunicação e Mercado e colunista da PQN, o RP Daniel Zimmermann.

De acordo com o professor universitário, consultor empresarial, doutorando (bolsista da FAPESB), mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e colunista da PQN, o RP Marcelo Chamusca, levando-se em conta a importância do RP no contexto contemporâneo, o profissional ainda não é tão valorizado quanto deveria, apesar de existir por parte do mercado um nível alto de reconhecimento da profissão, em se tratando de médias e grandes empresas. Ele afirma que ainda falta legitimidade social e reconhecimento no conjunto da sociedade.

Para Chamusca, a maior contribuição da profissão para o país, durante estes cem anos, é a de qualificar os relacionamentos das organizações com os seus públicos estratégicos, permitindo o avanço nos seus discursos e aprimoramento da sua imagem e reputação frente à opinião pública. “Tudo vai depender das decisões que vamos tomar nos próximos anos. Se abrirmos a profissão e permitirmos a livre circulação das práticas de Relações Públicas e o termo ‘Relações Públicas’ que hoje não surge mesmo quando as empresas estão atuando na área, tudo será muito melhor”, pondera o baiano.

*Marcelo Chamusca: precisamos acabar com este câncer que se chama Conferp e Conrerp*



## COMO ANDA O MERCADO DE TRABALHO

Para Marcelo Chamusca, o cenário brasileiro das Relações Públicas é visto muito positivamente. Temos um mercado aberto e em crescimento, amplo e desafiador, excelente para o empreendedor e péssimo para os acomodados. Na opinião do professor baiano, para o bom profissional sempre terá trabalho. “Estou falando de trabalho e não de emprego. Emprego está difícil. Não somente para os RPs, mas para qualquer profissão, mesmo as socialmente mais legítimas. Agora, trabalho tem cada vez mais...”, garante.

Daniel Zimmermann e Chamusca afirmam que os profissionais de RP não devem ficar apegados ao seu mercado de origem e buscar oportunidades em outros estados. Há alguns anos, conta Zimmermann, os bons cargos concentravam-se em São Paulo e Rio de Janeiro, já que há uma predominância econômica dessa região sobre as demais. Porém, em termos de pesquisa, produção, engajamento profissional e referências, existem em outras regiões excelentes exemplos. No Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Brasília, Maranhão e Pará, existem boas instituições de ensino com uma vasta produção e reconhecidas no mercado local e até nacional, inclusive com altos índices de absorção de egressos dos cursos de Relações Públicas. “E como elas conseguem? Trabalhando a profissão em diversos segmentos, focando nas peculiaridades de seus mercados e características regionais”, completa o professor da Cápsul Libero.

Atualmente o Brasil possui 78 cursos de Relações Públicas espalhados em diversos estados. A maior parte deles concentra-se em São Paulo (27), Rio

Grande do Sul (12), Bahia (9), Minas Gerais (8) e no Paraná (7). Se cada instituição de ensino formar duas turmas por semestre, com 25 alunos cada, temos no final do ano cerca de 7.200 novos profissionais de Relações Públicas chegando ao mercado. Desses, nem 10% conseguem atuar na área com salários que variam de R\$ 1.200,00 a R\$ 16 mil, caso atue em uma multinacional.

O aquecimento da demanda das organizações por esse profissional deve-se à “descoberta” de que, sem relacionamento com seus públicos, nenhuma empresa consegue satisfazer seu público e nem tão pouco crescer. Relações públicas é a profissão dos tempos atuais, onde toda e qualquer instituição demanda a expertise e o olhar apurado do profissional de RP. “Aproveite o fato de ter escolhido a melhor carreira universitária do planeta e não deixe que coisas pequenas atrapalhem a sua trajetória profissional. Se o emprego que sonhou não veio até você, então vá atrás dele. Se não encontrá-lo, crie-o. Faça acontecer!, orgulha-se o relações públicas.

### E O QUE ESPERAM OS PROFISSIONAIS PARA OS PRÓXIMOS 100 ANOS?

Para Lala Aranha, presidente do Conrerp Rio de Janeiro e diretora da Teia de Aranha Comunicação, na cidade maravilhosa, o maior desafio para os próximos anos é o de reconhecer o devido lugar das Relações Públicas na sociedade e nas organizações. Ela afirma que o País está atravessando um novo ciclo socioeconômico em que o

papel das Relações Públicas será muito requisitado para colaborar no desenvolvimento de outra ordem institucional. “Isso porque entendo as Relações Públicas como uma atividade que harmoniza e concilia as relações entre todos os públicos”, diz a carioca.

Daniel Zimmermann afirma que os próximos 100 anos terão como maior desafio a adaptabilidade do profissional em relação às novas demandas, principalmente tecnológicas. Isso reflete na sociedade em geral. Aliás, muitos estudos e pesquisas de entidades sérias que investigam o mercado de trabalho apontam que a profissão de Relações Públicas é uma das poucas da área de humanas que irá crescer muito mais do que a média nos próximos 50 anos. A profissão terá destaque na mudança das políticas sociais, na forma como as organizações interagem com a sociedade. “Isso fará com que sejamos reconhecidos como indispensáveis para todos os tipos de organizações. Vamos fazer parte de um vasto processo de mudança no país”, garante o professor.

Já Marcelo Chamusca acredita que não há como a profissão avançar mais com uma “camisa de força” chamada Conferpe e Conrerp. Ele afirma que não se trata de modelo de gestão, pois a entidade já teve e tem atualmente, pessoas e profissionais da melhor qualidade que nunca conseguiram mudar nada e nunca vão conseguir. “O sistema é cartorial, uma camisa de força que nos amarra e impede-nos de avançar. Trata-se de uma instância de fiscalização para uma profissão infiscalizável”, denuncia.

*Lala Aranha: a profissão de Relações Públicas será muito requisitada para colaborar no desenvolvimento de uma nova ordem institucional*



Para ele, o Sistema Conferp é o responsável por uma anomalia que só existe no Brasil: chamam-se as atividades de Relações Públicas de mais de 100 nomenclaturas diferentes, menos de Relações Públicas. “E se você pensou que isso acontece por desconhecimento, pensou errado! Isso acontece para eliminar a ação do sistema”, pondera. Ele afirma que flexibilizar a profissão como querem alguns RPs não vai resolver. “É preciso desregular e extinguir esse ‘câncer’ chamado Sistema Conferp, de uma vez da nossa história, se quisermos alcançar um status de legitimidade compatível com o que somos de fato: a melhor carreira universitária do mundo! Se queremos o avanço da nossa profissão, do ponto de vista de mercado, pois, academicamente somos um dos países mais avançados do mundo, precisamos desregular e extinguir de uma vez o Sistema. Precisamos de uma abertura ampla e irrestrita. Flexibilizar é muito pouco para a realidade brasileira”, completa Chamusca.

É importante esclarecer que um Conselho Profissional, uma autarquia federal, tem como atividade precípua, a fiscalização do exercício profissional de uma determinada categoria profissional. Isso vale para todos os Conselhos – Relações Públicas, Medicina, Odontologia, Administração, Psicologia, Veterinária, Engenharia e de Farmácia.

Divulgação



*Daniel Zimmermann: temos umas das 10 melhores profissões do mundo e uma das mais promissoras da área da Comunicação. Alguns profissionais ainda não se atentaram quanto a este quadro e se sentem perdidos*

Um Conselho não tem filiados, pois não é uma Associação (pessoa jurídica de direito privado, responsável por congregar os profissionais de determinada área, visando atualização e aprimoramento profissional) e muito menos um Sindicato (pessoa jurídica de direito privado, que têm sua ação voltada para as questões referentes à relação de trabalho, tais como salário, horas extras, insalubridade, acordos e dissídios coletivos). Diferente dessas duas instituições onde a filiação é opcional, o registro em um conselho profissional é obrigatório.

Assim sendo, vale ressaltar, que o registro nos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas (Conrerps) é obrigatório tanto para profissionais que exerçam atividades de RP, quanto para as empresas que ofereçam serviços privativos da área. Os procedimentos de fiscalização dos Conrerps, tanto para pessoa física, quanto jurídica, além de filiarem-se em suas obrigações legais – enquanto autarquia designada por regulamentar uma atividade profissional –, “são as mais nobres possíveis, especialmente no sentido de garantir, na sociedade, que a atividade de Relações Públicas, seja executada de maneira séria, por profissionais que possuam a formação acadêmica e as competências técnicas para tal”, pondera a presidente do Conrerp 3ª Região (Minas Gerais e Espírito Santo), Angelina Pereira.

*Angelina: o Conselho de Relações Públicas só se tornará forte com a união e participação de seus profissionais. Reclamar somente não adianta*

Atualmente, afirma Chamusca, para evitar a fiscalização do Conselho, muitas empresas omitem na carteira de trabalho o termo Relações Públicas, diferente do que acontece com os termos Marketing, Publicidade e Propaganda. “No dia em que o termo Relações Públicas puder ser utilizado sem medo e sem moderação, nosso futuro será muito mais promissor. Temos tudo para ter a profissão mais reconhecida socialmente no mundo, por conta da nossa imprescindibilidade para o contexto contemporâneo. Por outro lado, precisamos nos livrar das amarras do passado e avançar fortes para o futuro. E isso só será possível no dia que a Relações Públicas possa ser amplamente difundidas”, completa.

Para Angelina, o grande desafio da profissão para os próximos 100 anos é fazer com que as organizações entendam a importância do profissional, que tem entre suas atividades, a criação de ações de relacionamento que possibilitam o fortalecimento da imagem da organização junto aos seus públicos. A responsabilidade para essa grande tarefa, não é somente dos Conrerps, “é sim de todos nós, profissionais de Relações Públicas. Que possamos nos inspirar nos RPs que construíram a história da profissão nos últimos 100 anos, sejam eles vindos das academias ou do mercado de trabalho. Temos que projetar mais um século de uma profissão sólida e promissora”, diz a presidente regional. ▲